

Título: Acerca do cenário brasileiro frente à arquitetura moderna importada

Subtítulo: Os dilemas que antecedem à conservação do legado moderno, já patrimônio.

Autoria: Taise Travassos Campos Dantés é arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo, 2004-2010, e mestre em Tecnologia – Restauro e Reabilitação, pela Universidade Politécnica da Catalunha, 2011-2014.

Resumo: A restauração da arquitetura moderna é uma disciplina relativamente nova e em permanente evolução, mas o crescimento das intervenções e debates, que buscam ampliar o saber em torno de sua história, estados patológicos e conservação material, indica uma direção prometedora para tal temática.

A arquitetura moderna brasileira se destaca mundialmente a partir da década de 1940, principalmente após a exposição “*Brazil Build*” (1) no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA). Posteriormente, o Brasil se destaca ainda por ser o primeiro país do mundo a implementar ações legais para salvaguardar exemplares da arquitetura moderna.

Na cidade de Belo Horizonte e com projeto do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, a “*Igreja São Francisco de Assis*”, protegida desde 1947, é o primeiro exemplar brasileiro protegido em caráter nacional, somente três anos após sua construção. Além disso, o Brasil tem exemplares de sua arquitetura protegidos em caráter mundial: Brasília, a capital nacional, possui a maior superfície protegida do mundo. Em seus 112,25km² constam edifícios e zonas de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico, que levaram à sua inscrição na lista da UNESCO (2), como um bem do Patrimônio Mundial em 1987. Tal preservação inclui o plano urbano do arquiteto Lúcio Costa e o conjunto de obras de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

Na década de 1940, na primeira etapa (3) de preservações modernas brasileiras, na contramão do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil são salvaguardadas obras recém-construídas, inclusive aquelas concebidas por autores ainda vivos e atuantes. Desta maneira, nesta primeira fase, a política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN assume a não determinação de uma distância temporal mínima entre a materialização da obra e seu reconhecimento como patrimônio.

Nos primeiros anos de atuação o IPHAN preservou estritamente monumentos dos séculos anteriores, entretanto a genialidade das concepções, somada à ameaça de sobrevivência da arquitetura moderna brasileira configuram as diretrizes iniciais da Instituição quanto ao tratamento do patrimônio do século XX. Desta forma, ao contrário do que acontece com os monumentos de maior carga histórica, na primeira etapa de preservação moderna brasileira o valor simbólico não é atribuído ao longo do tempo, fato que aproxima tais bens do conceito de “*monumentos intencionais*”, segundo conceito de Riegl (4).

A etapa posterior (5), já na década de 1980, se destaca pelo reconhecimento dos monumentos nacionais além dos territórios do país, viabilizado pela abertura política do momento e pela divulgação efetivada por novas revistas locais direcionadas à arquitetura. Esta etapa inaugura também uma preservação com maior distanciamento temporal e de gerações, livre de uma atitude de salvaguarda em caráter emergencial, que garantisse a sobrevivência dos monumentos (6).

Atualmente, os exemplares modernos do mundo são caracterizados por uma diversidade absoluta, além disso, são pouco protegidos e enormemente ameaçados pelo crescimento dos grandes centros urbanos. Neste contexto, em 1988 foi criado o DOCOMOMO Internacional (*Documentation and conservation of building sites and neighbourhoods of the Modern Movement*), iniciativa da Universidade Tecnológica de Eindhoven – Países Baixos, após pesquisas sobre a possibilidade de legitimar a proteção dos edifícios construídos por movimentos culturais europeus entre os anos de 1920 e 1930. Em 1989 a organização

ganhou apoio da UNESCO, e em 1992, durante a Segunda Conferência Internacional, ampliou sua atuação aos demais continentes. Desde então a instituição realiza congressos e bienais que ampliam a catalogação e conservação, divulgando, inventariando e protegendo o patrimônio (10) do século XX. A maturidade dos debates sobre a conservação do Patrimônio Moderno brasileiro adquiriu visibilidade a partir de 1992, com a criação do DOCOMOMO Brasil. Incontestavelmente um importante passo frente ao legado moderno brasileiro. Apesar de ser notório que a proteção indiscriminada não é solução quando tratamos de conservar bens, esforços em prol de discussões e políticas que garantam uma seleção criteriosa e intervenções coerentes a cada obra, tendem a minimizar modificações intransigentes contra o valor do bem.

Este artigo busca contextualizar a arquitetura moderna brasileira frente ao panorama internacional de influências, além de expor os principais dilemas relacionados à conservação da arquitetura moderna em geral.

A arquitetura moderna concentra-se na produção entre os anos de 1910 e 1950. Sua ideologia tem correntes principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A gênese do movimento aconteceu essencialmente com a Bauhaus, na Alemanha; com Le Corbusier, na França; e com Frank Lloyd Wright nos Estados Unidos; influências materializadas em obras e que expandiram debates intensos, que têm em comum a negação com a arquitetura do passado e a pretensão de transformar o panorama arquitetônico em voga no momento.

Tais influências apesar de tardiamente, alcançaram a América do Sul, onde as visitas de Le Corbusier tiveram grande repercussão, comprovadas com a concepção do Edifício do Ministério da Educação e Saúde, e com a construção de Brasília, ambos no Brasil e com as obras do Campus da Universidade de Caracas, projetado por Carlos Raúl Villanueva, na Venezuela (11).

O movimento moderno brasileiro se caracterizou inicialmente por uma influência internacional, mas agregou uma forte identidade local, sobretudo por uma adaptação ao clima e frente a uma incompatibilidade técnica e construtiva que

respaldasse os novos conceitos e desenhos, visto que a produção artesanal no Brasil, ao contrário do discurso de Le Corbusier, era uma condição muito enraizada (14). A modernidade brasileira seguiu então um caminho próprio, de uma maneira pouco industrializada e com inclinação à produção artesanal, assimilando as ideias formais de Le Corbusier e Walter Gropius, mas paradoxalmente, incoerentemente materializadas no canteiro de obras.

Tal cenário particular permitiu, por exemplo, o nascimento da arquitetura de Oscar Niemeyer, que abandona o rigor geométrico e a padronização das influências internacionais e projeta edifícios inspirados em curvas. Antes disso, foram Gregori Warchavchik e Lucio Costa os principais promotores desta nova tendência, responsáveis pela tradução dos ideais do modernismo europeu para a realidade brasileira. Personagens essenciais para a posterior inclusão da arquitetura moderna produzida no Brasil nos debates mundiais (15).

Em 1928, Warchavchik projetou sua própria casa, na Vila Mariana, obra que ganhou grande relevância na mídia, que a divulgou como um grande evento: *“uma casa moderna na Rua Santa Cruz”*. Uma visão positiva da imprensa e a defesa do estilo por Warchavchik, que afirmava ser esta a linguagem que havia *“vencido”* na França e na Alemanha, gerou a reação dos arquitetos tradicionalistas, mas em contrapartida a divulgação cada vez mais ampla dos ideais de modernidade (17).

Apesar da iniciativa valorosa, uma visão crítica sobre o projeto de Gregori, revela incoerência no âmbito técnico com os preceitos modernos. Uma modernidade mais de aparência que de técnica, apresentava uma geometria questionável, e uma planta ainda tradicional inspirada nos palácios paulistas difundidos por Ramos de Azevedo. O projeto utilizou ainda tijolos cerâmicos como os das casas vizinhas, não há lajes de concreto armado e nem mesmo elementos pré-fabricados, além disso, a cobertura era de telhas tradicionais, com águas escondidas dentro de platibandas em linhas ortogonais.

Neste contexto, Gregori se defende argumentando que buscou somar intenção moderna com elementos locais, adaptação ao clima e às antigas tradições, além disso, afirma que no Brasil não havia soluções de impermeabilização seguras a uma laje plana. Em 1928, Warchavchik manifesta a dificuldade de desenvolver sua arquitetura no Brasil, a precariedade de construir modernamente como em outras partes do mundo, devido à falta de materiais e técnicas construtivas, e à inexistência de uma indústria que tornasse viável componentes “*standards*”, que levaram à importação de matéria-prima e a um conseqüente incremento de custo (18).

Em 1931, Lucio Costa propõe a reforma do ensino da arquitetura no Brasil, com um discurso voltado para a recuperação da relação entre forma, técnica e materiais. Costa argumenta que o curso de arquitetura requer uma transformação radical, eliminando a incompatibilidade entre arquitetura e estrutura. Critica as “obras cenográficas” do momento, onde se imitam estilos do passado, ocultando a real estrutura de concreto armado, simulando arcos e contrafortes, colunas e vigas de madeira, apoiado na justificativa de que nas notáveis épocas da arquitetura, nos verdadeiros estilos, forma estética e estrutura estavam juntas, eram coincidentes (16).

Nos últimos anos da década de 1930 o panorama arquitetônico brasileiro experimenta uma fase de completa assimilação às tendências modernas, com obras realizadas por Álvaro Vital Brazil e pelos irmãos Marcelo e Milton Roberto. O momento se vê marcado pelos conceitos de racionalidade e funcionalidade, e o contexto político propõe uma renovação construtiva nos edifícios de escolas, buscando linhas geométricas e aspecto puramente funcional, baixo custo, estruturas em concreto armado, atenção às circulações e ventilações, além de coberturas ajardinadas. Além das escolas o esforço modernizador ocorre nas novas oficinas dos correios nas principais cidades brasileiras. Desta maneira a difusão do estilo moderno nos edifícios públicos gerou a partir da segunda metade da década de 1930, uma assimilação às fachadas lisas de Gregori Warchavchik e o abandono ao gosto “Decó” (19).

A expansão de uma intenção modernizadora pôde ser comprovada em 1935, com o concurso para o Ministério da Educação e Saúde – MES, e em 1937, para a Estação de Hidroaviões, ambos no Rio de Janeiro. O concurso para o MES, que a princípio premiou uma proposta de linguagem neocolonial, desenhada por Archimedes Memória, professor da Escola Nacional de Belas Artes, culmina com um projeto precursor da arquitetura moderna. A equipe liderada por Lúcio Costa desenvolve um projeto moderno, sob tutoria de Le Corbusier, ponto chave para dar início ao reconhecimento da arquitetura nacional mundialmente e fundamental para dar passo à expressividade plástica e peculiaridade criativa de Oscar Niemeyer (22).

No fim da década de 1930 o Brasil alcançou visibilidade internacional e uma positiva repercussão na imprensa, com seus pavilhões nas Feiras de Nova Iorque e São Francisco. A singularidade das linhas brasileiras foi a superação contra um racionalismo duro, reflexo puro da função, e representou uma nova dimensão estética da modernidade. O Pavilhão de Nova Iorque combina planta e fachadas livres, “pilotis” e cobertura ajardinada, segundo Le Corbusier, com rampa curva diante da fachada, assumindo sem traumas a arquitetura tradicional (20).

Além dos limites territoriais do Rio de Janeiro e São Paulo, outras cidades brasileiras entraram no circuito da modernidade em progresso, inclusive com experiências mais amplas e não restritas à edifícios isolados, tal como ocorreu em Belo Horizonte, em Goiânia e posteriormente em Brasília. A concepção da nova capital nacional se contextualiza nas diretrizes de desenvolvimento ambicionadas por Juscelino Kubitschek, na ocasião, presidente do país, eleito em 1955. A transferência da capital para a zona territorial central fez parte da campanha política destinada a ampliar a ocupação do território nacional e desenvolver o cerca de 50 anos em apenas 5, lema de sua administração (21).

A nova capital simbolizou um evento criativo de grande densidade, e a mais importante representação moderna em escala urbana do mundo. Sua inauguração indicou mudanças políticas e econômicas, nos âmbitos estéticos, e

na maneira de ensinar e aplicar arquitetura na vida cotidiana. A materialização de Brasília representou uma sensação de saturação, de que a construção de uma cidade inteiramente planejada e moderna era o ápice arquitetônico moderno. A mudança de direção rumo à saturação do ciclo moderno no Brasil também foi fortalecida pela morte de Affonso Reidy e de Le Corbusier.

Quando o moderno é patrimônio...

Após a cronologia acima apresentada este artigo dedica-se a refletir sobre os principais dilemas da preservação moderna, os desdobramentos de sua concepção efêmera e sua condição de fragilidade VS a autenticidade material.

Em resposta à separação entre as escolas politécnicas e de belas artes, e à obsessão por romper com as formas do estilo eclético, mas que com sua técnica, a modernidade inaugura uma etapa construtiva onde os temas técnicos perdem valor para as questões estéticas e conceituais. Enquanto a arquitetura antiga conduzia a chuva para fora de suas fachadas, conseqüentemente melhorando a sua durabilidade, a arquitetura moderna abandona detalhes arquitetônicos essenciais contra o recorrido de água de chuva e a fixação de agentes atmosféricos nas fachadas. A geometria moderna, a eliminação de elementos, a preferência por superfícies lisas, a introdução de materiais de comportamentos desconhecidos, a industrialização dos grandes centros urbanos e a popularização dos carros, colaboraram para a conseqüente manifestação dos estados patológicos estéticos e técnicos.

Portanto, a preservação do patrimônio moderno enfrenta problemas como o baixo rendimento dos materiais, a degradação prematura e a substituição material em um curto espaço de tempo, necessidade que vai na contramão da prática da conservação baseada na materialidade construtiva, e na autenticidade e integridade (7).

Apesar disso, como defende o DOCOMOMO, a arquitetura moderna faz parte de um patrimônio arquitetônico que deve ser conservado. Seu legado é uma

expressão cultural, herança do século XX que se expandiu para quase todas as regiões do mundo, expressada de diversas formas, resultado de um processo contínuo da evolução histórica, importante para a compreensão do desenvolvimento da sociedade.

A continuidade deste legado, entretanto tende a estar condicionada à reutilização, transformação e atualização de uso, desafiando o interventor a introduzir novas funções, que, além disso, respondem às legislações atuais de rendimento dos edifícios, em termos de mobilidade, acessibilidade e conforto térmico, sem comprometimento às características formais fundamentais. A arquitetura moderna, por ter sua materialidade mais frágil, amplia o conceito de autenticidade material, valorizando também a intenção plástica do projeto como parte de sua integridade, o que exige uma análise complexa de suas partes e a análise de seus juízos de valores.

No livro denominado *“O moderno já passado o passado no moderno – reciclagem, requalificação e rearquitetura”* (23) traz um capítulo chamado *“Intervenciones em la arquitectura moderna. Paradojas tecnológicas, funcionales y simbólicas: fragilidad, precisión funcional e innovación”* escrito por Josep María Montaner, que estabelece uma relação dos problemas mais comuns na preservação do patrimônio moderno, que somados às reflexões de Capeluto (2009), respaldam a seguinte lista:

1 - A questão da autenticidade frente à fragilidade e vulnerabilidade de novos materiais e detalhes construtivos, e a especialização dos materiais tradicionais somados aos desconhecidos processos de degradação.

O processo natural de degradação material é mal visto pelos que consideram o valor de novidade como o principal da modernidade. A fragilidade material da arquitetura moderna revelada com o tempo denuncia que em grande parte dos exemplares modernos o conceito foi muito mais longe do que a materialidade permitia, pois enquanto os arquitetos idealizaram sistemas desmontáveis, flexíveis e leves, a materialização in loco traduziu tais preceitos em pesadas estruturas de concreto armado, não modificáveis.

Isso porque, para alcançar uma nova linguagem arquitetônica, a arquitetura moderna legitimou a utilização generalizada de novos materiais sem conhecimento suficiente dos rendimentos e durabilidade dos mesmos, arriscando-se com a falta de juntas e isolamentos, com insuficientes recobrimentos, e com detalhes experimentais, ao limite da possibilidade dos materiais (24).

Os novos materiais, a pre-fabricação de partes e detalhes típicos da lógica racionalista, entretanto desconhecidos, deixaram a arquitetura moderna mais exposta aos agentes intrínsecos ou extrínsecos, os primeiros tratam da geometria e dos acabamentos, enquanto os segundos referem-se à chuva, umidade, radiação solar e temperatura.

A estrutura independente da arquitetura moderna possibilitou aos materiais tradicionais, essencialmente voltados para a sustentação, assumir outras funções, introduzindo então uma especialização extrema dos materiais. A fragilidade material das obras modernas levou à redução do intervalo entre a construção da obra e a necessidade de intervenção conservativa (25). Em tais intervenções, contra a autenticidade material, a necessidade de uma montagem rápida levou ao fato de cada peça não seja mais reparada, mas sim substituída, pois ao contrário da arquitetura tradicional, a modernidade é intolerante com o envelhecimento de suas partes, e seus elementos devem estar perfeitamente novos ou deverão ser inteiramente trocados. Desta maneira, a fragilidade dos monumentos modernos impôs uma conservação com alto grau de substituição material, uma contradição frente ao conceito de autenticidade baseado na originalidade de suas partes, desafiando o interventor em não desvirtuar a materialidade e o conceito arquitetônico da obra.

2 – A perda da função original principalmente pela correspondência entre forma, função e a obsolescência das instalações.

A arquitetura moderna inaugura uma nova maneira de concepção, que rompe com o modo de criação tradicional, baseada no tipo, mas prioriza o programa, simbolizando a ruptura com a metodologia do classicismo, e com os sistemas prévios, por uma ideia autônoma da forma. O paradoxo funcional da modernidade acontece pelo fato de que sua concepção está fortemente condicionada por sua extrema precisão funcional, por dimensões precisas e ajustadas à cada destinação, onde o funcionalismo extremo gerou edifícios com espaços especializados ao máximo e reduzidos às medidas mínimas (23).

Entretanto, a correspondência direta entre a forma e a função, somada à obsolescência dos programas funcionais, levou ao abandono e conseqüente degradação dos edifícios. Que revelam atualmente dificuldades de adaptações espaciais e na atualização das instalações, tendo em conta que assim como ocorreu com os materiais, aconteceu também a obsolescência das instalações primitivas, incompatíveis com o standard de conforto e as normativas vigentes, gerando uma rápida substituição, motivados pela evolução do conceito energético de tais edifícios (26).

Carvalho (12), entretanto, considera que a perda da função original constitui um dos grandes desafios dos conservadores, e defende como essencial o estabelecimento de uma nova função para garantir a sobrevivência dos edifícios, ditada por requisitos econômicos, sociais ou motivada por uma consciência ecológica cada vez maior em busca de um desenvolvimento sustentável. A perda de função, entretanto tende a levar a uma busca por funções compatíveis ao máximo com a forma preexistente, evitando comprometimentos às qualidades espaciais originais.

3 – A produção obsoleta de seus componentes contra a reprodução das técnicas e dos materiais originais

O rápido desenvolvimento de novos materiais e a incipiente substituição deu lugar a uma descontinuidade na produção, que desafia as intervenções, com a falta de peças equivalentes para a troca e um conseqüente estado de

descaracterização e perda de autenticidade do projeto original. Contra a obsolescência da produção, uma alternativa viável, sempre quando seja possível deve ser a conservação e a restauração do material original, entretanto a modernidade tende a estar fadada: a substituição dos materiais originais por outros encontrados no momento; a substituição por materiais provenientes de remanescentes industriais ou ainda a reprodução artesanal de elementos construtivos originalmente industrializados.

4 – A falta de distanciamento histórico que dificulta seu reconhecimento como testemunho que justifique a atribuição de valor

Em geral a ausência de um maior distanciamento temporal, cultural e tecnológico entre o testemunho moderno e a geração contemporânea, dificulta seu reconhecimento como um bem que vale a pena ser conservado como um patrimônio cultural perpetuado às novas gerações. Além disso, em função da falta de distanciamento histórico, o patrimônio do século XX estabelece relações distintas das fundamentadas nos monumentos dos séculos anteriores protegidos, tendo em conta que quando tratamos de patrimônio moderno o processo de avaliação que antecede à preservação é mais complexo devido ao curto intervalo de tempo transcorrido entre sua produção e a atualidade, insuficiente para o estabelecimento de uma seleção natural.

Sobre este tema, Capeluto, (27) observa que a falta de distanciamento temporal, além disso, permitiu muitas vezes a atuação dos arquitetos, autores originais, na realização de intervenções sobre suas próprias obras, introduzindo transformações formais e construtivas, melhorando detalhes construtivos originais e modificando materiais danificados por outros com características distintas da original, que em alguns casos levaram a mudanças do conceito arquitetônico original.

Sobre as diferenças entre valores e consequentes critérios de intervenção, a diferença essencial ocorre porque o patrimônio moderno se apoia no conceito de antiguidade. Suas ações de preservação tendem a privilegiar mais os aspectos

estéticos e formais, que os históricos, em contra o respeito à autenticidade material.

5 - Dificuldade de identificação dos monumentos e critérios de seleção tendo em conta a grande quantidade de exemplares

Somado à dificuldade de reconhecimento do monumento moderno como testemunho que justifique a atribuição de valor e proteção, um dilema dificultador do reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio, merecedor de reconhecimento e conservação, gira em torno da heterogeneidade e amplitude de seus monumentos, produtos da pluralidade construtiva, material e técnica, somados às interferências geográficas e culturais (8).

6 - A pertinência de sua conservação e restauração por sua transitoriedade enraizada

Em determinados casos a arquitetura moderna nasceu sem a intenção de perpetuar. Edifícios como os pavilhões modernos destinados às exposições internacionais têm clara sua transitoriedade, pela utilização de materiais e detalhes de curta durabilidade, intencionalmente desenhados para uma vida limitada (28). Entretanto, mas que considerada como efêmera, a arquitetura moderna pode ser melhor classificada como aquela preparada para a transformação, sendo assim, quando falamos de atualizá-la caímos no paradoxo da dualidade entre conservar a ideia de flexibilidade própria dos monumentos modernos sem comprometer perdas na qualidade e legitimidade do projeto original.

7 - A imagem idealizada na concepção VS a indesejável ação do tempo

Os efeitos do passar do tempo sobre os bens modernos contradizem com a imagem esperada, de uma obra primitiva e recém-acabada enraizada na modernidade, porque ao questionar a ideia moderna de que toda obra deve mostrar-se sempre nova, se enfrenta uma forte contradição frente à intenção de

conservação (23). Inclusive a pátina, símbolo da ação do tempo sobre a materialidade da obra, diminuindo seu aspecto de nova, em monumentos modernos não agrega valor como ocorre com os monumentos mais antigos, pelo contrário, contribui para a impressão de decrepitude, símbolo da degradação e indesejada marca de sua história, contra as diretrizes da “Carta do Restauro - 1972” (29) que condena sua alteração e eliminação (9).

8 - A proximidade com o sistema projetual

Esta é uma problemática em função da relação estabelecida entre a restauração dos edifícios modernos e a atividade projetual em voga. Como os arquitetos restauradores contemporâneos tendem a estar familiarizados com a maneira de projetar dos autores das obras modernas e são favorecidos pela disponibilidade de informações sobre o projeto original, tendem a interpretar que é legítima a ação de restituir características originais ou completar suas partes “da mesma maneira como seus autores fariam”, sem levar em conta as transformações prováveis na materialização do projeto in loco e seu contexto (13).

Conforme exposto acima, ainda que a arquitetura moderna traga desde sua concepção desafios para a conservação, por particularidades brasileiras, é possível agregar outros fatores, sejam eles ligados aos temas construtivos, acadêmicos e sociais, ou por desdobramentos econômicos e políticos da administração pública, tais como:

_ A mescla entre o estilo moderno nascente e a construção tradicional, reflexo de uma modernidade carente de suporte técnico, gerou estados patológicos muito diversificados e com isso, dificuldades de planificar uma linha de intervenção coerente e com diretrizes bem definidas.

_ Como resposta a uma equivocada formação acadêmica no Brasil, e arquitetos em geral descomprometidos com os temas construtivos, algumas das intervenções executadas foram focadas na manutenção de uma aparência que esconde o estado patológico indesejável, sem considerar as reais resoluções,

essas a cargo dos engenheiros em obra, insensíveis à ideia do edifício como um documento a ser preservado. Além do fato de que o Brasil é um país “jovem” e com abundância em territórios edificáveis, entretanto, sem tradição na temática da conservação, até então sem uma constituição acadêmica que fortaleça debates especializados em tal matéria.

_ Muitos dos bens modernos também padecem com a falta de manutenção periódica para evitar intervenções mais radicais e danosas, e com ações tardias que pioram o estado de conservação, o que desencadeou perdas fundamentais, resultado de uma responsabilidade de conservação dissolvida entre os organismos de proteção nas diferentes instâncias (municipais, estaduais ou federal), entre a gestão política, e entre os proprietários.

_ No Brasil, muitas preservações ocorrem quase que imediatamente ao final da construção do edifício, o que dificultou e relativizou ainda mais a leitura destes monumentos como dignos de preservação pelos sujeitos contemporâneos. Para a massa da coletividade a ideia que se tem de patrimônio histórico, é de algo que não existirá mais, mas como ainda convivemos, moramos e trabalhamos em edifícios modernos, feitos de concreto armado, a ideia é que à primeira vista, os bens do Movimento Moderno podem ser reproduzidos a qualquer momento.

Notas

1

“*Brazil Build*” foi uma exposição organizada por Philip Goodwin e pelo Departamento de Arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, com participação do fotógrafo e arquiteto G.E. Kidder Smith. Além de Nova Iorque, a mostra passou por cidades da América do Norte, por Londres e pelo Brasil, entre os anos de 1943 e 1945. Esta exposição foi importante por iniciar a visibilidade internacional brasileira e por realizar a primeira compilação da produção arquitetônica brasileira.

2

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é um organismo especializado das Nações Unidas. Fundado em 16 de novembro de 1945, objetiva contribuir para a paz e segurança mundial mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. Dedicar-se a orientar os povos rumo a uma gestão mais eficaz do desenvolvimento próprio,

através de recursos naturais e valores culturais, e com a finalidade de modernizar e fazer evoluir as nações do mundo, sem perdas à identidade e diversidade cultural. A UNESCO promove ainda a salvaguarda do patrimônio cultural. Fonte: wikipedia.org/wiki/Unesco.

3

A primeira etapa de preservação do IPHAN também é conhecida como “*Fase Heróica*” e corresponde aos primeiros trinta anos (1937-1967) de atuação da instituição. Suas diretrizes iniciais de atuação têm o objetivo de catalogar os edifícios mais significativos da arquitetura brasileira e instituir normativas nacionais em termos jurídicos sobre as políticas de preservação e a propriedade privada.

4

Riegl define os “monumentos intencionais” como aqueles que têm desde a criação, a finalidade de estar sempre presente na consciência das gerações. Entretanto, as forças naturais que contrariam a continuidade do monumento devem ser combatidas e seus efeitos anulados, legitimando ações de restauro (Riegl, 2013, p.42)

5

A etapa posterior, que começa no final da década de 1970 corresponde à etapa que amplia o conceito de patrimônio, incorporando a ideia de monumento cultural e de patrimônio imaterial.

6

ROCHA, Mércia Parente, 2011. “Patrimônio Arquitetônico moderno: do debate às intervenções”. Universidade Federal da Paraíba, p. 30

7

Idem, p.105

8

Idem, p.57

9

Idem, p.76

10

Segundo Françoise Choay, em seu livro intitulado “*A alegoria do patrimônio*”, o termo *patrimônio* em sua origem está conectado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. A expressão patrimônio: *designa um bem destinado ao desfrute de, sobretudo uma comunidade que ampliou-se a dimensões universais, constituído pela acumulação continuada de uma diversidade de objetos que se unem por um*

passado em comum: obras e obras mestras das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e “savoir-fair” da humanidade (Choay, 2001, p.11)

11

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de, 2005. “Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960”. Universidade de São Paulo, p.30

12

Idem, p.104

13

Idem, p.105

14

SANTOS, Roberto Eustáquio dos, 2008. “A armação do concreto no Brasil: História da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia”. Universidade Federal de Minas Gerais, p.13

15

Idem, p.138

16

Idem, p.157

17

SEGAWA, Hugo, 2002. “Arquiteturas no Brasil 1900-1990”. Edição Edusp, São Paulo, p.44

18

Idem, p.47

19

Idem, p.75

20

Idem, p.95

21

Idem, p.123

22

CALDEIRA, Webbert Soares, 2007. "Uma arqueologia do modernismo brasileiro: o discurso da arquitetura nos seus fragmentos textuais e múltiplos vetores que compõem o seu acontecimento". Universidade Federal de Minas Gerais, p.44

23

COMAS, Carlos Eduardo (Org.); PEIXOTO, Marta (Org.); MARQUES, Sergio (Org.), 2009. "O moderno já passado o passado no moderno – Reciclagem, Requalificação, Rearquitetura". Edição UniRitter, Porto Alegre

24

CAPELUTO, Martín Arazi, 2009. "Criterios de intervención para la Restauración de Arquitectura del movimiento moderno – paradojas y contradicciones entre el concepto de autenticidad y la materialidad". ETSAB - Universidad Politécnica de Catalunya, Barcelona, p.05

25

Idem, p.32

26

Idem, p.60

27

Idem, p.42

28

Idem, p.47

29

Carta divulgada pelo Ministério de Instrução Pública no dia 6 de abril de 1972, destinada aos Superintendentes e Diretores de Institutos autônomos com o intuito de direcionar obrigatoriamente a todas as intervenções de restauro em qualquer obra de arte.